

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Luciana, ocupante de cargo em comissão de direção no setor financeiro de um órgão público, autorizou o acesso de um subordinado ao sistema interno sem as cautelas exigidas. Em razão dessa falha, o subordinado desviou valores públicos para conta própria.

Em decorrência do ocorrido, Luciana foi denunciada e, antes de sentença irrecorrível, promoveu a reparação integral do dano causado ao erário.

Em outra ocasião, no exercício do cargo, Luciana recebeu, indevidamente, em sua conta pessoal, um depósito de valores públicos decorrente de erro de processamento. Ciente do equívoco, ela decidiu não comunicar o fato e permaneceu com a quantia depositada.

Considerando a situação hipotética apresentada e os dispositivos do Código Penal relativos aos crimes contra a administração pública, bem como as consequências jurídicas da reparação do dano e da devolução do produto do ilícito, julgue os itens seguintes.

- 91 Em caso de condenação de Luciana pelo segundo fato, a progressão de regime dependerá da devolução do valor apropriado, não sendo suficiente para tal progressão a reparação anteriormente realizada em relação ao primeiro fato.
- 92 Em relação ao segundo fato, a conduta de Luciana configura, em tese, peculato mediante erro de outrem, crime sobre o qual incide causa de aumento de pena de um terço em razão de a autora ocupar cargo em comissão de direção.
- 93 A reparação integral do dano, realizada por Luciana antes de sentença irrecorrível, reduz pela metade a pena aplicável ao primeiro fato.
- 94 A conduta de Luciana, no primeiro fato, configura, em tese, peculato culposos.

Acerca do concurso de agentes, da relação de causalidade, da imputação penal e das causas de extinção da punibilidade, julgue os itens a seguir.

- 95 Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, a reparação do dano ou a restituição da coisa, se realizada até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, constitui causa de extinção da punibilidade.
- 96 Se, no concurso de pessoas, um dos agentes pratica crime mais grave do que o ajustado, os demais participantes não responderão por esse resultado mais grave, salvo se previsível.
- 97 As condições de caráter pessoal não se comunicam entre os agentes, ainda que constituam elementares do tipo penal.
- 98 A superveniência de causa relativamente independente que, por si só, produz o resultado rompe o nexo causal, afastando a imputação desse resultado ao agente anterior.

A respeito da lei penal no tempo, da aplicação da lei penal no espaço e das imunidades, julgue os seguintes itens.

- 99 Na hipótese de sucessão de leis penais no tempo, é permitido ao juiz aplicar parte de uma lei anterior e parte de uma lei posterior, desde que o resultado seja mais favorável ao réu.
- 100 A *abolitio criminis* extingue a punibilidade e faz cessar a execução e os efeitos penais da condenação, ao passo que a lei posterior mais benéfica retroage para beneficiar o réu, podendo implicar redução de pena ou modificação do regime jurídico aplicável.
- 101 A lei penal brasileira aplica-se a crime praticado no estrangeiro por brasileiro, ainda que o fato não seja punível no país em que tenha sido praticado, desde que o agente ingresse no território nacional.

No que se refere à culpabilidade, à imputabilidade penal e às causas de exclusão da responsabilidade penal, julgue os itens subsequentes.

- 102 O agente que, por erro evitável, supõe estar acobertado por uma causa de exclusão da ilicitude atua sem culpabilidade, devendo ser a pena afastada.
- 103 O agente que, ao tempo da ação, em razão de doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato é isento de pena, ficando sujeito, contudo, à imposição de medida de segurança.

Com base nas disposições da Lei n.º 9.099/1995 e em suas alterações posteriores, especialmente no que diz respeito aos atos processuais e ao termo circunstanciado de ocorrência no âmbito dos juizados especiais criminais, julgue os itens a seguir.

- 104 Nos juizados especiais criminais, é vedada a prolação de sentença exclusivamente oral, sendo obrigatória a sua reprodução integral a termo escrito, sob pena de nulidade absoluta.
- 105 O termo circunstanciado de ocorrência deve ser lavrado obrigatoriamente na delegacia de polícia, pela autoridade policial competente — o delegado de polícia —, sendo vedada sua elaboração no local dos fatos ou por outra autoridade pública.
- 106 A transação penal, no âmbito dos juizados especiais criminais, apesar de não implicar reconhecimento de culpa, gera antecedentes criminais e produz efeitos de reincidência.

Acerca da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória, julgue os itens seguintes.

- 107 É vedada ao juiz, de ofício, a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva sem a provocação do Ministério Público, do querelante ou mediante representação da autoridade policial.
- 108 É incabível a liberdade provisória, com ou sem fiança, ao preso em flagrante por tráfico ilícito de entorpecente, em razão da vedação prevista na legislação que disciplina a matéria.
- 109 No caso específico de prisão preventiva, o mandado de prisão regularmente decretado poderá ser cumprido pela autoridade policial no domicílio do infrator, independentemente do seu consentimento, a qualquer dia e horário, inclusive durante a noite.

À luz do disposto na Lei n.º 9.296/1996 (interceptação telefônica), bem como na Lei n.º 7.960/1989 (prisão temporária), julgue os seguintes itens.

- 110** A recusa do indiciado ao fornecimento de elementos necessários ao esclarecimento da sua identidade poderá acarretar a decretação da prisão temporária, nos termos da legislação vigente.
- 111** O prazo da interceptação telefônica, inclusive nas investigações relacionadas ao tráfico de drogas, é de até 15 dias, renovável por igual período, podendo haver diversas e sucessivas prorrogações quando comprovada a indispensabilidade da medida.
- 112** No tocante aos crimes praticados por organizações criminosas, a prisão temporária possui prazo diferenciado, podendo ser decretada por até 30 dias, prorrogáveis por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

Julgue os próximos itens, relativos às condutas tipificadas na Lei n.º 13.869/2019, que trata dos crimes de abuso de autoridade.

- 113** Os crimes previstos nessa lei são de ação penal pública incondicionada, sendo incabível a queixa subsidiária.
- 114** A instauração de procedimento investigatório penal contra alguém, sem a existência de qualquer indício da prática de crime, configura abuso de autoridade, ressalvada a hipótese de investigação preliminar devidamente fundamentada.
- 115** Os investigados, mesmo que formalmente denunciados em ação penal, não podem ser submetidos à condução coercitiva para fins de interrogatório, seja no âmbito policial, seja no judicial.

Em relação aos exames periciais, julgue os itens a seguir.

- 116** Os laudos periciais em que constem a descrição do objeto de exame e as respostas aos quesitos deverão ser elaborados pelos peritos no prazo máximo de 10 dias, não se admitindo prorrogação.
- 117** Em caso de dúvida quanto à autenticidade da letra e da firma apostas em atestado médico apresentado por servidor, poderá ser realizado exame pericial documentoscópico.
- 118** Haverá prioridade na realização do exame de corpo de delito em qualquer crime cometido contra mulheres.
- 119** Na hipótese em que da infração penal resultarem vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo a confissão do acusado suprir-lhe a falta.

Uma justiça que busca em primeiro lugar atender necessidades e endireitar as situações se apresenta muito diferente da justiça cujo cerne seja a culpa e a dor.

Howard Zehr. **Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça.** Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2008, p. 199 (com adaptações).

Tendo o texto precedente como referência inicial, julgue os itens subsequentes, relativos aos modelos de reação ao delito.

- 120** O modelo ressocializador visa à pacificação das relações sociais mediante a reparação do dano causado à vítima e à comunidade.
- 121** O modelo dissuasório clássico confere especial relevância à pretensão punitiva do Estado, ao castigo do delinquente e às necessidades da vítima.
- 122** O modelo integrador tem como objetivo prioritário a reintegração social do infrator.

Em relação às teorias sociológicas da criminologia, julgue os itens que se seguem.

- 123** Segundo a teoria da neutralização, o agente recorre a técnicas de neutralização para racionalizar e justificar sua conduta delitiva.
- 124** De acordo com a teoria da identificação diferencial, o comportamento criminoso pode ser aprendido por identificação com modelos delitivos, ainda que ausente interação direta com outros criminosos.
- 125** Consoante a teoria da subcultura delinquente, a criminalidade decorre da existência de subculturas com valores próprios, distintos da cultura dominante.

Julgue os próximos itens, referentes aos objetos da criminologia.

- 126** As escolas criminológicas clássica, positivista antropológica e correccionalista apresentam distintas concepções sobre o delinquente, conceituado, respectivamente, como sujeito dotado de livre-arbítrio, como criminoso nato e como indivíduo passível de tratamento.
- 127** Sob a perspectiva da criminologia, o crime é um fato típico, ilícito e culpável.
- 128** O controle social informal, exercido por instituições como família e escola, atua de modo complementar ao controle social formal, desempenhado, especialmente, pelo sistema penal.

Julgue os itens a seguir, relativos à preservação do local do crime, bem como a vestígio, indício e evidência.

- 129** No caso de transporte de amostras biológicas, a cadeia de custódia deve ser a mais curta possível, para se evitar a degradação do material.
- 130** No que se refere à preservação do local do crime, considera-se área imediata a que tem ligação geográfica com o fato, como, por exemplo, o jardim da casa onde o agente descartou o instrumento usado para cometer o delito.
- 131** Evidência é todo objeto visível ou latente, constatado ou recolhido, que se relaciona com a infração penal.
- 132** A coleta dos vestígios deverá ser realizada preferencialmente por perito oficial, que dará o encaminhamento necessário para a central de custódia, ainda que seja necessária a realização de exames complementares.

Com relação à cadeia de custódia, julgue os seguintes itens.

- 133** Denomina-se fixação a manipulação do vestígio de acordo com a metodologia adequada às suas características biológicas, físicas e químicas, a fim de se obter o resultado desejado.
- 134** A inobservância do procedimento de acondicionamento de vestígios acarreta, automaticamente, a imprestabilidade dessas provas.
- 135** A guarda e a devolução do vestígio de prova é uma das etapas da fase externa da cadeia de custódia.
- 136** A quebra da cadeia de custódia prejudica a rastreabilidade da prova, o que ocasiona perda da credibilidade desse elemento probatório.
- 137** Reconhece-se a quebra da cadeia de custódia da prova quando não se obtém, por interceptação telefônica, acesso à integralidade das conversas, o que implica causa de nulidade da interceptação.

Acerca dos vestígios e do local do crime na investigação criminal, julgue os itens a seguir.

- 138** Considera-se fraude processual a remoção de quaisquer vestígios do local de crime antes que o perito responsável o libere.
- 139** A busca de vestígios deve ser realizada de forma sistemática, iniciando-se pelo reconhecimento, ato que distingue elemento de potencial interesse para a produção da prova pericial, que pode ser ilustrado por fotografia, filmagem ou croqui, para a garantia da integridade da cadeia de custódia.
- 140** Durante a busca de vestígios, é permitido ao perito manipular e coletar objetos sem qualquer registro prévio, desde que a coleta seja imediata e rápida, pois a cadeia de custódia só se inicia no momento em que o vestígio é entregue ao laboratório.

Acerca dos direitos humanos, julgue os itens a seguir.

- 141** A Constituição Federal de 1988 dispõe de procedimento de aprovação específico para a incorporação dos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos ao ordenamento jurídico pátrio.
- 142** Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, no âmbito do Poder Legislativo, em dois turnos e por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão dotados de caráter infraconstitucional.
- 143** Tradicionalmente, alguns direitos podem ser considerados tanto direitos humanos quanto direitos fundamentais, se constarem de instrumentos internacionais, considerado o rol de direitos e garantias em uma Constituição.
- 144** As gerações (ou dimensões) dos direitos humanos contemplam a evolução histórica desses direitos, que abrange tanto a noção de direitos civis e políticos, direitos econômicos, sociais e culturais quanto a de direitos difusos e coletivos, por exemplo.
- 145** Os Estados-partes da Convenção Americana de Direitos Humanos comprometem-se a adotar providências tanto internas quanto mediante cooperação internacional para a obtenção progressiva da plena efetividade dos direitos decorrentes das normas econômicas, sociais e sobre educação, ciência e cultura, constantes da Carta da Organização dos Estados Americanos.

Com base nas disposições da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), promulgada pelo Decreto n.º 678/1992 e anexo, julgue os seguintes itens.

- 146** A Convenção Americana sobre Direitos Humanos, que versa sobre várias espécies de direitos, entre os quais se incluem os direitos civis e políticos, assegura a toda pessoa o reconhecimento de sua personalidade jurídica.
- 147** O Pacto de São José da Costa Rica proíbe interpretações que limitem o gozo e exercício de qualquer direito ou liberdade que possam ser reconhecidos de acordo com as leis de qualquer dos Estados-partes.
- 148** O Sistema Interamericano de Direitos Humanos, previsto na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, permite a apreciação, pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, de demandas que envolvam direitos humanos que, uma vez ali acolhidas, serão objeto de julgamento pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- 149** A competência para apresentar petições que contenham denúncias ou queixas de violação da Convenção Interamericana de Direitos Humanos é restrita aos Estados-membros dessa convenção.

- 150** Da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos é cabível apelação por qualquer das partes, desde que o respectivo pedido seja realizado no prazo máximo de 180 dias a partir da data da notificação da sentença.

- 151** Todo Estado-parte pode, no momento de adesão à Convenção Americana sobre Direitos Humanos, ou em qualquer momento posterior, declarar que reconhece como obrigatória a competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos em todos os casos relativos à interpretação ou aplicação da referida convenção.

Julgue os itens subsequentes, relativos à Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).

- 152** A DUDH tem cunho de *hard law*, de modo que a sua observância pelos países signatários é obrigatória, consoante os preceitos do direito internacional.
- 153** A DUDH assegura a todo indivíduo o direito ao devido processo legal, à presunção de inocência e à busca de asilo em outros países, independentemente da prática de crimes comuns.
- 154** Segundo o disposto na DUDH, nenhuma pessoa será submetida a tortura, tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.
- 155** Durante a Segunda Guerra Mundial, percebeu-se que a proclamação da DUDH não fora suficiente para impedir o advento daquele conflito, tendo sido, então, criados os sistemas internacionais regionais de proteção dos direitos humanos, no intuito de impedir novos conflitos globais e regionais.

A respeito das condutas a serem adotadas pelos funcionários responsáveis pela aplicação da lei, do uso de armas de fogo, do uso da força e de instrumentos de menor potencial ofensivo, julgue os próximos itens.

- 156** É aceitável a invocação de circunstâncias excepcionais, tais como instabilidade política interna ou outras situações de emergência pública, como justificativa para o abandono dos princípios básicos sobre a utilização da força e de armas de fogo pelos funcionários responsáveis pela aplicação da lei.
- 157** Em resposta a uma ameaça real ou potencial, os profissionais de segurança pública deverão priorizar a comunicação, a negociação e o emprego de técnicas que impeçam uma escalada da violência.
- 158** É legítimo o uso de arma de fogo contra veículo em caso de desrespeito a bloqueio policial em via pública, independentemente de haver ou não risco de morte aos agentes de segurança pública ou a terceiros.
- 159** Os funcionários responsáveis pela aplicação da lei devem sempre cumprir o dever que a lei lhes impõe, servindo a comunidade e protegendo todas as pessoas contra atos ilegais, em conformidade com o elevado grau de responsabilidade de sua profissão.
- 160** Ao dispersar grupos ilegais não violentos, os responsáveis pela aplicação da lei deverão evitar o uso da força ou, quando tal não for possível, deverão restringir tal força ao mínimo necessário.

Em relação às funções da atividade de inteligência e à metodologia de produção de conhecimentos, julgue os itens que se seguem.

- 161** A atividade de inteligência pode desenvolver-se tanto de forma reativa, a partir de demandas específicas da autoridade decisória, quanto de forma proativa, mediante a identificação antecipada de potenciais ameaças ou oportunidades.
- 162** A função de produção de conhecimentos concernentes ao assessoramento do processo decisório esgota o escopo da atividade de inteligência, não se estendendo a ações voltadas à neutralização de ameaças informacionais.
- 163** A contrainteligência preventiva compreende um conjunto de medidas destinadas à salvaguarda de conhecimentos, informações e dados sensíveis, dos meios que os retenham ou por onde transitem, de seus detentores, bem como de áreas, instalações e demais ativos de interesse do Estado e da sociedade, frente a ações adversas.
- 164** A metodologia de produção de conhecimentos, estruturada em fases definidas, caracteriza-se por um encadeamento linear e inflexível, não comportando revisões ou ajustes ao longo de sua execução.
- 165** No processo de produção de conhecimentos, a etapa de análise envolve a correlação, a interpretação e a valoração de dados e informações, com vistas à elaboração de conhecimentos relevantes para a autoridade decisória.

Julgue os itens subsequentes, com base na Política Nacional de Inteligência.

- 166** No âmbito dessa política, o caráter sigiloso das atividades de inteligência restringe os mecanismos de controle externo quando sua divulgação puder comprometer operações em curso ou a segurança de fontes.
- 167** Essa política estabelece parâmetros e limites de atuação da atividade de inteligência e de seus executores no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência.
- 168** O ambiente internacional não é considerado na atividade de inteligência nacional, que se limita ao território brasileiro.
- 169** A inteligência nacional tem como objetivo subsidiar o processo decisório do Estado.
- 170** A atividade de inteligência sempre deve respeitar a legalidade, os direitos e as garantias fundamentais e o Estado democrático de direito.
- 171** Em razão do seu dimensionamento, as ameaças econômicas e ambientais não integram o conceito de ameaças formulado nessa política.

Julgue os itens a seguir, referentes à análise de risco na atividade de inteligência.

- 172** A ameaça é caracterizada exclusivamente por organizações adversas, atores estatais e eventos de natureza natural, não abrangendo ações deliberadas de atores humanos.
- 173** Vulnerabilidade corresponde à capacidade intrínseca do agente adverso de identificar, explorar e potencializar fragilidades existentes no ambiente ou no alvo.
- 174** O risco pode ser compreendido como o resultado da interação entre a probabilidade de ocorrência de uma ameaça, a existência de vulnerabilidades exploráveis e o impacto potencial decorrente de sua materialização.
- 175** Ao sistematizar a relação entre ameaças, vulnerabilidades e impactos, a análise de risco fornece subsídios para a priorização de riscos, a alocação eficiente de recursos e a definição de estratégias preventivas no contexto da atividade de inteligência.

No que diz respeito ao controle da atividade de inteligência e à segurança da informação, julgue os próximos itens.

- 176** O sigilo no manejo da informação é elemento acessório e pode ser relativizado em face de necessidades operacionais imediatas.
- 177** A classificação de documentos deve atender aos princípios da necessidade e da proporcionalidade, não sendo apropriado conceder, de forma indiscriminada, o mais alto grau de sigilo a todas as informações geradas.
- 178** A proteção da informação se apoia em características essenciais, como confidencialidade, integridade, autenticidade e disponibilidade, assegurando, assim, que os dados sejam devidamente protegidos em todas as suas fases.
- 179** O controle da atividade de inteligência envolve mecanismos que garantem a conformidade das ações realizadas com os princípios da legalidade, legitimidade e *accountability*, além da supervisão por órgãos internos e externos.
- 180** A classificação da informação em relação ao sigilo é definitiva, não podendo ser reavaliada ou revista, ainda que haja mudança das circunstâncias que motivaram a classificação.

Espaço livre